

O turbante da discórdia ou a celeuma da apropriação cultural

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda a polêmica aberta sobre o conceito de apropriação cultural, imputado como um exercício indébito de um grupo social dominante sobre um grupo social dominado em uma estruturação política marcada pelos conflitos de segmentos antagônicos. É fato que a produção cultural subalterna é absorvida pelas classes hegemônicas do regime capitalista e pasteurizada para consumo social, mas isso não desqualifica as trocas culturais entre os grupos sociais. A estratégia política fundamental é combater a indústria cultural do sistema capitalista e os seus inerentes modos de produção.

Palavras-chave: Apropriação Cultural; Sociabilidade; Interação; Identidade.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.



Apropriação cultural na moda

Introdução

A questão da dita apropriação cultural se tornou uma grande diatribe intelectual, de modo que o uso de indumentárias ou coisas que supostamente representem a pretensa essência de determinado grupo étnico é capaz de gerar conflitos inconciliáveis, pois talvez ninguém tenha razão plena em qualquer tomada de posição axiológica. Com efeito, esse debate acirrado e não raro virulento certamente não encontrará consenso em nenhum discurso; contudo, tal fato não impede que apresentemos nossa própria interpretação pessoal sobre o conceito e suas implicações concretas na vivência social e assim contribuamos para o enriquecimento intelectual do debate, de modo a proporcionarmos um modesto esclarecimento sobre a questão. Para analisarmos o que é a pretensa apropriação cultural precisamos primeiramente compreender tanto o que é cultura como o que é identidade, tarefa que nos propomos nas primeiras partes do presente texto.

Muitos dos temas aqui abordados foram inspirados por conversações com minha consorte Kelly Yumi Sagava, a quem dedico esse escrito.

O conceito de cultura

Em sua acepção filosófica, cultura é a formação pessoal mediada pelo mundo dentro de um contexto histórico, sociopolítico e mesmo econômico. O sujeito se constrói como pessoa através das suas experiências na realidade circundante, sofrendo influências e influenciando o meio no qual vive, em um processo dialético de construção de símbolos e valorações. Para Tzvetan Todorov,

Qualquer indivíduo é pluricultural; em vez de ilhotas monolíticas, as culturas constituem uma miscelânea de aluviões. A identidade individual provém do encontro entre múltiplas identidades coletivas no seio de uma só e única pessoa; cada uma de nossas numerosas filiações contribui para a formação do ser único que somos. Os homens não são totalmente semelhantes, nem

inteiramente diferentes; por ser plural em si mesmo, cada um de nós compartilham seus traços constitutivos em grupos bastante variados, mas combinando-os à sua maneira (TODOROV, 2010, p. 69).

Dessa forma, não é apenas o conhecimento adquirido pela educação formal que constitui o sujeito, mas todas as suas vivências, significadas conforme critérios não-quantificáveis, o que solapa qualquer tentativa tecnicista de resolver essa questão. Apresento a explanação de Habermas para o enriquecimento teórico do conceito em sua inevitável interface social:

Denomino cultura o acervo do saber de que se suprem com interpretações suscetíveis de consenso aqueles que agem comunicativamente ao se entenderem sobre algo no mundo. Denomino sociedade (no sentido estrito de um componente do mundo da vida) as ordens legítimas a partir das quais os que agem comunicativamente, ao contraírem relações interpessoais, criam uma solidariedade apoiada sobre pertencas a grupos (HABERMAS, 2002, p. 476).

Cultura, nessas condições, não são apenas as criações sociais coletivas, mas também o processo de singularização existencial de uma pessoa, sem que se desconsidere simultaneamente sua inserção histórica e social, pois todo processo de construção do conhecimento pressupõe a relação do sujeito com outrem. Por conseguinte, todo processo de desenvolvimento cultural pressupõe a sociabilidade, ainda que através de relações conflituosas entre os seus diversos atores.

A dissolução da identidade

Na tradição metafísica do discurso filosófico ocidental, a identidade é compreendida como uma essência fixa,

definida ontologicamente. O substrato da identidade se encontraria na alma, imortal, raiz da verdade abstrata, enquanto o corpo, sensível, finito e corruptível e assim contingente e incerto seria subalterno ao primado da alma. Em linhas gerais, tanto a metafísica platônica como a teologia cristã se pautam nessa hierarquização. O pensamento cartesiano, um dos arautos da Modernidade, ratifica essa dicotomia, graças ao primado do Cogito, certeza embasada na consciência da existência real da alma como algo mais preciso epistemologicamente do que a do próprio corpo extenso. O discurso iluminista, apesar de sua inerente laicidade, apresenta ainda influências ocultas dessa tradição metafísica, pois o sujeito centralizado, atômico, é o paradigma de toda avaliação da consciência acerca de si mesmo e do mundo exterior. De modo lapidar, Stuart Hall argumenta que a identidade iluminista era fixa, interior, “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2006, p. 11).

Em contraponto extremo ao que foi apresentado nas linhas precedentes, podemos afirmar que a identidade é um processo dinâmico, não uma essência estática, imutável, metafísica. A ressignificação da identidade é uma vitória da dimensão da imanência sobre toda forma de consciência cristalizada da vida em suas múltiplas expressões, libertando-se assim a pessoa de todo tipo de entrave ideológico que impossibilitava sua expansão criadora. Se alguém toma a iniciativa de mudar sua identidade nas mais diversas acepções, isso decorre de uma necessidade pessoal inalienável. Segundo Stuart Hall,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas

ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Mesmo no próprio sujeito ocorrem contínuos conflitos axiológicos internos que contestam a atomicidade de sua identidade, circunstância que coloca em questão sua própria unicidade psicológica-existencial. A flexibilidade de sua identidade rompe com o primado da coerência pessoal em seus atos e decisões. Se hoje o sujeito atua de tal forma, amanhã em situação similar ele pode convenientemente agir de maneira distinta, e não há nada de errado ou imoral nisso. A exigência de coerência permanente nas performances do sujeito nasce de uma lógica normativa desvinculada da imanência histórica da vida, o que se configura como um procedimento artificial. Com a devida licença conceitual, é a celebrada metamorfose ambulante:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente (HALL, 2006, p. 12-13).

A identidade como um fluxo móvel pressupõe alteridade, pois sempre ocorre o intercâmbio do “eu” para com figuras externas, em uma relação dialética onde ambos se influenciam e se modificam:

Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e

não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim, sua “identidade” – pode ser construído [...] A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta”. (HALL, 2009, p. 110).

A contestação da imutabilidade da noção de identidade reforça a experiência da diferença axiológica. No debate sobre a questão de gênero dissolveu-se a fixidez das noções de masculino e feminino, de modo que se permite uma multiplicidade de permutas identitárias que exigem um esforço de reconstrução semiótica de grande parte da massa social, acostumada a pensar de maneira binária em suas experiências cotidianas, disposição que comumente reforça comportamentos reativos. A mentalidade conservadora, avessa a toda forma de mudança e contestadora da legitimidade de novas expressões de sujeitos sociopolíticos, não hesita em tacañamente rechaçá-las como fabulações antinaturais. Contudo, os espíritos conservadores erram ao justamente imputarem como fabulações contrárias à pretensa ordem natural das coisas essa inserção dos novos atores sociais e suas práticas anticonvencionais, pois tal discurso reativo já é uma fabulação incompatível com a natureza, plural, contraditória e dialética. Conforme salienta Tomaz Tadeu da Silva

A identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Elas não

são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2009, p. 76).

Podemos talvez questionar esteticamente as modificações na aparência de um sujeito, como pintura artificial no cabelo, bronzamento artificial, uso de silicone e muitas outras intervenções, mas jamais colocar em questão a decisão individual de realizá-las como expressão de sua fluida identidade pessoal. Se um negro colore o cabelo de loiro, nada há de “errado” nisso; o mesmo se aplica para o caso de uma pessoa excessivamente pálida que faz tratamento dermatológico para aumentar a pigmentação de sua pele. Os defensores de uma pretensa inexorabilidade da natureza sobre as limitadas condições pessoais não percebem que uma das conquistas mais poderosas da técnica científica é justamente a de adaptar as bases naturais existentes às conveniências da vida humana. Não se trata de um aperfeiçoamento da natureza, mas da aplicação de recursos que tornam a vida humana materialmente melhor ou mais propícia para o florescimento da criatividade pessoal e/ou social. Caso contrário, estaríamos todos fadados ao cru determinismo biológico e ambiental e pouco desenvolvimento civilizacional teríamos até então obtido no processo de construção da vida sociopolítica. Bauman argumenta que

As identidades não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de solucionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas elas, ou pelo menos potencialmente disponível para elas. É o

movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante sua continuidade (BAUMAN, 2012, p. 69).

É justamente a fluidez da identidade que permite que os fundamentos étnicos sejam transpostos por outros critérios axiológicos. Uma pessoa de fenótipo branco que se identifica efetivamente como negra e participa do seu modo de vida deveria ser reconhecida como tal. O próprio progresso das ciências biológicas evidencia nitidamente que a cor da pele nem sempre é convergente com nosso código genético. Uma pessoa branca pode perfeitamente defender a causa negra e se identificar com ela intimamente, assim como o contrário, circunstância usual na hegemonia civilizacional ocidentalista, que fez da pele branca o paradigma da verdade, do poder e da razão. Com efeito, mesmo no atual processo de emancipação negra perante a opressão milenar que lhe foi imposta pela hegemonia branca, encontramos negros que, por questões ideológicas convenientes aos dispositivos normativos do status quo reacionário, atuam de maneira contrária aos interesses legítimos da causa negra, inclusive no âmbito da política, em geral integrando partidos direitistas reacionários que nada devem ao obscurantismo do fascismo. Essas figuras são extremamente perigosas para o projeto de emancipação plena da sociedade e não merecem qualquer credibilidade social, pois atuam como emissários fascistas no sistema parlamentar, destruído por fisiologismos oportunistas. Um parlamentar negro que luta contra a causa negra só é negro na pele, não possui autêntica identidade negra, não se reconhece como tal assim não deve receber qualquer solidariedade, pois

apenas ratifica o racismo estrutural em sua má-fé idiotizada. Situação parecida ocorre historicamente com as mulheres que, por fatores ideológicos ou religiosos, aceitam a opressão masculina como algo incontestável, natural e até mesmo conforme os inquestionáveis propósitos divinos, ou os proletários que se inclinam aos opressivos ditames patronais como se esses fossem sua salvação social e econômica e rechaçam os movimentos revolucionários dos trabalhadores unidos pois preferem usufruir das migalhas recebidas como se fossem conquistas pessoais maravilhosas, caracterizando-se assim como vis pelegos. O grande problema da luta universal por emancipação reside justamente nas pessoas que, apesar de oprimidas, toleram pamente toda forma de dominação, pois preferem viver acorrentadas a tomar para si o destino de sua própria existência e assim construir uma trajetória autônoma de vida capaz de estabelecer uma grande solidariedade política contra a opressão.

A celeuma da apropriação cultural

Os detratores da dita apropriação cultural falham ao não reconhecer que todo processo cultural se fundamenta como uma troca social. Se o sectarismo extremo dos críticos da apropriação cultural fosse aplicado a rigor em todas as circunstâncias da vida social, um ocidental não poderia degustar comida japonesa, uma pessoa branca não poderia se relacionar amorosamente com uma negra, não poderiam existir adeptos do candomblé que não fossem os negros, homens dotados de esclarecimento crítico e senso democrático não poderiam escrever sobre as lutas libertárias das mulheres, pensadores negros não poderiam ser estudados por pessoas brancas e outras barbáries que se assemelham a um

dispositivo discriminatório de cunho fascista. Para Néstor García Canclini,

Os objetos perdem a relação de fidelidade com os territórios originários. A cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar (CANCLINI, 2010, p. 32).

A afirmação cultural negra é legitimada e tolerada axiologicamente pelo fato de que historicamente os negros foram espoliados pela sociedade escravocrata e marginalizados politicamente. Há compreensível complacência para com todos os grupos étnicos e sociais que sofreram toda sorte de violências no decorrer da história e hoje, após intensa luta por reconhecimento, conquistaram espaço na contraditória sociedade democrática. Contudo, em especial do caso dos negros, essa afirmação cultural descamba em algumas circunstâncias para uma espécie de exclusivismo ideológico, como se houvesse uma superioridade étnica e mesmo moral nos negros pelo fato de que foram destruídos culturalmente pela dominação branca. O estabelecimento de uma efetiva sociedade democrática pressupõe a afirmação de todos os grupos étnicos e culturais (sem qualquer predominância de nenhuma delas) e, acima de tudo, pela comunhão entre todos esses segmentos no processo de emancipação libertária contra o autoritarismo excludente, que encontra na lógica do mercado, antidemocrático por natureza, sua força constituinte.

Quem denuncia o uso de signos culturais considerados exclusivos de um dado grupo deveria primeiramente analisar o seguinte problema: quais elementos que constituem sua formação cultural e social que não são também

oriundos da assimilação de outras estruturas culturais e sociais? O sectário purista que reclama de que pessoas “desautorizadas” usam signos culturais que não lhe “pertencem” talvez não reflita que toda sua consciência pessoal é formada por estruturas que são partilhadas coletivamente, como a linguagem e os códigos sociais. Pressupõe-se que talvez esse sectário purista não seja seguidor de qualquer religião que porventura apresente um histórico de opressão teológica sobre seu grupo cultural e que suas vestes utilizadas no cotidiano são confeccionadas conforme a estética usual de sua confraria. Por coerência axiológica, essa pessoa extremista deveria abrir mão de usar a linguagem usual da sociedade na qual ele vive, pois a própria estrutura linguística é coercitiva e criar um novo código comunicacional ou usar o dialeto concernente ao seu grupo étnico-cultural; essa pessoa deveria renunciar de participar do sistema produtivo que regula a ordem econômica da sociedade na qual está inevitavelmente inserido; também por coerência, essa pessoa deveria resolver seus problemas privados e jurídicos sem recorrer aos aparatos institucionais do Estado, eles mesmos tendenciosamente apoiadores dos interesses elitistas. A aplicação dessa citada coerência axiológica evidentemente atentaria contra a própria estrutura social, produzindo ainda mais cisões. A solução para o problema da apropriação cultural somente será alcançada quando a própria estrutura opressiva do mercado capitalista for destruída em favor da socialização dos meios de produção, eliminando-se o apelo comercial das marcas e toda produção simbólica de desejos e sonhos que mascaram a historicidade das coisas e forjam caracteres fetichistas na sua aderência social.

É legítimo o argumento dos ativistas negros que rechaçam a apropriação cultural de que tal processo usualmente estabelece um valor exótico e mercantiliza a criação cultural de determinado grupo étnico-social. O preconceito étnico perpetuado pela sociedade excludente diferencia o uso de um turbante usado por uma mulher negra e por uma mulher branca, imputando como feio e asqueroso no primeiro caso e belo no segundo. Essa é uma das principais motivações do rancor despejado pelos ativistas negros contra todas as pessoas brancas que usam adereços que são associados ao mundo negro. Contudo, de nada adianta se revoltar contra essa situação dita espoliadora sem que se lute contra o verdadeiro responsável por tal circunstância imputada como indigna, a indústria cultural do regime capitalista (que pasteurizou e estandardizou todas as criações culturais oriundas dos grupos étnicos marginalizados, das favelas, dos guetos e das zonas periféricas da cidade para torná-las produtos aceitáveis e assimiláveis comercialmente pelas elites consumidoras). Nessa dimensão culturalmente autoritária do capitalismo, o povo cria o bem cultural em sua tragicidade rústica e espontânea e os mantenedores da ordem do consumo espetacular o “refinam” de maneira verticalizada, retirando justamente os seus traços mais insólitos para que o bem cultural convertido em produto de consumo se torne socialmente palatável e não cause estranhamento na ordenança burguesa, autocentrada, asséptica e tacanha.

Em uma sociedade emancipada do mercado e seus fetiches, as criações humanas não são frutos do trabalho alienado dos seus criadores, de modo que expressam intimamente o cerne dos seus artesãos. Já no mercado capitalista

existe a exaltação do pitoresco pelo fato de que ocorre a fabricação planejada de um sistema de produção de coisas e de signos que realçam os traços diferentes da cultura do outro como algo vendável e digno de ser comprado pela elite economicamente viável. Ao se quebrar a lógica fantasmagórica do capitalismo também se quebra o fetichismo da mercadoria que, no discurso publicitário, no espírito de novidade da Moda e nas suas atividades comerciais inerentes pautam essas relações superficiais que colonizam a figura do outro como algo estereotipado e desprovido de verdadeira substancialidade e que acabam por afastar do usufruto dos bens culturais as pessoas que criaram os mesmos, em uma reconfiguração do processo de alienação da consciência na qual o sujeito não se reconhece naquilo que ele faz e a mesma como que ganha autonomia em relação a ele. Nessas condições, os ideólogos que se ressentem contra a apropriação cultural deveriam empreender meios radicais para quebrar a estrutura capitalista, e não apenas atacar os consumidores que são acusados de absorver “indebitamente” seus signos, estilos e valores culturais. Não adianta lutar contra os efeitos sociais sem que se lute contra as causas econômicas.

As campanhas de conscientização empreendidas pelos ativistas étnicos e os boicotes às empresas inescrupulosas e suas marcas produzem algum efeito imediato nos consumidores mais sensíveis, mas elas não são de forma alguma a genuína solução para tal mal-estar econômico e cultural. Se tais ativistas pretendem de fato resolver a situação que tanto lhes ofende (legitimamente) pela raiz, a solução está na destruição do *modus operandi* capitalista, ou seja, a luta contra o topo da pirâmide econômica mediante o

estabelecimento de uma governança social democrática e horizontalizada que se coloque para além do crivo do mercado. Atacando apenas os consumidores, a extensão superficial do sistema capitalista, os ativistas mais virulentos apenas geram irritação e polarização dos ódios sociais, mantendo, todavia, completamente intactos os mantenedores da exploração capitalista e suas redes econômicas privatistas, os verdadeiros promotores das mazelas sociais. O purismo axiológico de alguns defensores de grupos étnicos historicamente subjugados por sistemas hegemônicos se converte na outra face do fascismo que tanto combatem, pois não reconhecem na própria sociedade os parceiros que podem auxiliar em sua luta por emancipação plena. Todos os processos de transformação sociopolítica no qual um grupo, povo ou nação empreenderam contra forças opressoras e que contaram com o apoio solidário de outros segmentos foram muito mais poderosos do que os sectários, que excluem de antemão qualquer contribuição de segmentos empreendedores.

Apesar de todas suas falhas intrínsecas e limitações políticas, nossas leis constitucionais, ainda que ameaçadas pela sombra golpista e pela truculência fascista, garantem o direito de liberdade de expressão aos cidadãos e, por conseguinte, o exercício das suas aptidões e gostos convenientemente ao arbítrio pessoal, desde que obviamente o sujeito não faça nada que prejudique a outrem ou atente contra a sua dignidade. Dessa maneira, se uma pessoa que transita em via pública usa um dado adereço que lhe agrada esteticamente, outrem não tem qualquer direito em lhe coagir por tal escolha usando como critério a malfadada ideia de apropriação cultural. A tendência é que

tal interlocutor virulento alegue que o uso “ilegítimo” do adereço da discórdia pelo sujeito interpelado ofende sua própria dignidade e avilta contra sua ordenança moral. Contudo, tal argumento é espúrio e absurdo, já que não existe qualquer impedimento jurídico para que uma pessoa use um adereço que, a rigor, é de uso comum no seio social. Os sectários puristas se proclamam como as únicas pessoas legítimas para usar determinados adereços, mas se esquecem de que muitos outros povos distintos, sem qualquer estabelecimento de conexão cultural em suas origens antropológicas, também usam adereços similares, tornando impossível determinar quem é o criador primordial. Homi K. Bhabha salienta que

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reconhecer o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida” (BHABHA, 2007, p. 21).

Quando o ressentimento é o motor dos movimentos sociais de emancipação corre-se o risco de destruir as bases transformadoras das suas ações políticas, pois de imediato se coloca como fundamento axiológico de seu processo o ódio contra o outro, imputado como o responsável por sua própria miséria existencial. O ressentimento, que se caracteriza pela dificuldade psicofisiológica em se assimilar as experiências desagradáveis, faz com o que o sujeito se envenene afetivamente e prejudique sua percepção dos acontecimentos, direcionando apenas seu olhar para o passado; perde-se assim o conveniente

direcionamento para a ação criadora no presente, pois o rancor contra os fatos precedentes afetivamente mal digeridos embota seu discernimento e capacidade de reflexão. Segundo Frantz Fanon,

O problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável (FANON, 2008, p. 59).

A ação revolucionária autêntica é guiada pelo amor, e mesmo quando há destruição concreta do antagonista, a disposição condutora é a alegria de vida em favor da adesão pela liberdade real. A potência afetiva presente no ato de resistência ao sistema opressivo determina seu alcance e capacidade de subversão da ordem estabelecida. Com efeito, segundo Paulo Freire,

A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida. Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”, e a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vivida (FREIRE, 2005, p. 197).

Muitas consciências seráficas afirmam piamente que se porventura vivessem nos tempos em que se praticava a escravidão não seriam escravocratas. Para malgrado dessas pessoas, cumpre dizer que, se atualmente conquistamos a consciência ética de que toda forma de escravidão é um atentado contra a dignidade humana, um crime contra a humanidade e que tal orientação axiológica nos fornece bases concretas para lutar socialmente por essa bandeira

emancipatória, o mesmo não se aplicava, hegemonicamente, nesses tempos obscuros do passado, em que a pauta dos direitos humanos não era valorizada de maneira ampla em tal organização civilizacional. Muitos de nós, se porventura vivêssemos no período colonial seríamos talvez escravocratas e iríamos regularmente comungar nas missas em prol da nossa própria salvação espiritual. A formação da consciência pessoal sofre influências inevitáveis da estrutura econômica e dos fundamentos ideológicos de uma sociedade, não de maneira determinista e inexorável, mas como uma corrente contra a qual é usualmente difícil se contrapor. Não há nada de muito moralmente superior naquele que atualmente se revolta contra os abusos da vida social das gerações passadas. Louvável é quem nos tempos de práticas legalizadas contrárias aos fundamentos dignos da vida humana nadou contra a maré do conformismo e pensou radicalmente diferente da massa de rebanho, piedosa na face, iníqua no ânimo.

Os sectários puristas que se ofendem contra o legado dito “politicamente incorreto” das criações culturais do passado se esquecem de que a consciência crítica se modifica historicamente e que a visão de mundo reflete as condições estruturais de uma época. Certamente há textos que, lidos hoje em nossa sociedade razoavelmente pluralista, soam como atentados contra a dignidade humana, e haveria uma lista inumerável de exemplos de grandes gênios que incorreram em tais procedimentos preconceituosos. Mesmo diversos textos religiosos, em nossa ordenança política laica, soam como ofensivos e axiologicamente terríficos. Contudo, as positivas transformações culturais das sociedades no decorrer das eras não justificam a exclusão desses

textos do cenário educacional e cultural, pois os mesmos servem como documentos históricos para que possamos constatar o quanto mudamos em nossas concepções e valorações acerca da realidade e dos demais grupos sociais, para que assim não cometamos mais os mesmos erros dos antepassados. Excluir da vida cultural todas as criações intelectuais e artísticas imputadas como preconceituosas ou mesmo editá-las para torna-las mais palatáveis somente reforça o conformismo e o reacionarismo do filisteísmo cultural, circunstância que assim abre espaço para a formatação da consciência unidimensional, tacanha e embrutecida. Eis a importância do senso crítico ao se estudar uma obra imputada como indecente ou discriminatória, pois assim se favorece uma genuína superação dos preconceitos e erros internos em prol de um nível de conhecimento mais amplo e conveniente ao esclarecimento cultural que é tão almejado para a formação de uma sociedade democrática, emancipada e autônoma.

Considerações finais

Todas as lutas emancipatórias são pertinentes para a atuação das forças políticas de esquerda, cumprindo seu papel concreto de promotora da democracia radical, viva, desprovida de burocratização e do formalismo jurídico-constitucional que apenas favorecem aos interesses escusos das camadas reacionárias da sociedade. Contudo, essas lutas não podem se circunscrever em pequenos grupos autocentrados que não dialogam entre si por estreiteza política, arrogância ou sectarismo político. Na grande luta contra a opressão do autoritarismo fascista, todos os amantes da liberdade socialista são irmãos. Assim, todas as causas emancipatórias são da alçada do

agente democrático, pois somente a unidade da luta em corpos coletivos multitudinários permite a vitória sobre a barbárie, ainda que tal unidade seja difusa e desprovida de centralidade. Para que a esquerda se consolide como um poder libertário hegemônico capaz de eliminar do tecido sociopolítico vigente as instâncias reacionárias que são essencialmente contrárias ao espírito democrático, convém que seja feito primeiramente nos diversos grupos de esquerda a reflexão crítica sobre os seus fundamentos axiológicos. Isso se aplica ao movimento de emancipação do negro, imprescindível em nossa temerária conjuntura política mancomunada com o reacionarismo fascista. A exaltação de uma identidade fixa, espiritual, reforça o cerne metafísico que a própria esquerda deve destruir em nome da imanência, terreno no qual a liberdade sociopolítica pode se efetivar. Não é a cor da pele ou a origem étnica do sujeito que legitimam o sujeito na luta emancipatória do negro, mas seu estofo axiológico. Tal como dito por Frantz Fanon (2008, p. 86), “Acredito sinceramente que uma experiência subjetiva pode ser compartilhada por outra pessoa que não a viva; e não pretendo jamais sair dizendo que o problema negro é meu problema, só meu, para em seguida dedicar-me a meu estudo”. Obviamente que o ranço racista da sociedade excludente avalia o sujeito pela cor de sua pele e por seu poder aquisitivo, por isso a superação do modo de produção capitalista é condição indispensável para que a emancipação definitiva do ser humano seja obtida, já que a lógica do mercado não apenas discrimina o sujeito por sua origem étnica imputada como inferior, mas também por sua condição de pauperismo material.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Trad. de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Trad. de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 73-102.
- TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2010.

Recebido em 2018-06-30
Publicado em 2018-07-06